



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

2º Trimestre de 2021



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O segundo trimestre de 2021 apresentou sensível melhoria com relação ao primeiro trimestre deste ano. A arrecadação fiscal recorde registrada no mês de abril, os avanços do Ministério da Saúde em combate a pandemia COVID-19 apontam para a recuperação da economia. Os leilões e arrendamentos dos ativos de infraestrutura de transportes previstos para o período foram realizados e mantém-se a expectativa de receitas a realizar no exercício.

A companhia logrou obter resultado positivo (lucro) no período. A aprovação da Lei Orçamentária Anual e a disponibilização de recursos destinados a Estudos e Projetos permitiu o prosseguimento das contratações necessárias para o desempenho das atividades finalísticas da companhia. No entanto, persistem incertezas relacionadas à disponibilidade de recursos, fato que pode afetar a efetividade da estratégia da companhia e restringir a sua capacidade de cumprir obrigações ajustadas com o Ministério da Infraestrutura e demais clientes. Podendo, ainda, resultar no adiamento em aceitar demandas por novos serviços.

Permanece a perspectiva de aumento da taxa de básica de juros como tentativa de conter o aumento da inflação. Mantém-se o entendimento de que tais fatores tenham impacto limitado sobre a atratividade dos ativos que a EPL estrutura para concessão, sem inviabilizar a realização dos leilões de cujo o sucesso dependem as receitas da companhia.

Resultados

No período a que se referem estas Demonstrações Financeiras, foram auferidas receitas com a prestação dos serviços de elaboração de estudos técnicos, no montante bruto de R\$ 1.132.780 (um milhão cento e trinta e dois mil e setecentos e oitenta reais), relacionadas às áreas portuárias e aos estudos de planejamento logístico. Outrossim, foram recebidos recursos provenientes do Tesouro Nacional para o subsídio de suas atividades, de acordo com os cronogramas de desembolso previstos para o ano.

No segundo trimestre de 2021, a EPL apurou lucro, no valor de R\$ 882.723 (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais), mesmo com a apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização, provisões e os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil sobre o contrato de locação do imóvel para a sede da Empresa. O faturamento realizado no período contribuiu, consideravelmente, para o alcance do resultado positivo. Tal fato demonstra que a EPL continua trabalhando em sua meta de ampliar a prestação de serviços à sociedade, auferindo receitas para sustentar seu crescimento.

Por fim, ressalta-se que a EPL trabalha como principal fornecedora de serviços para viabilizar o programa nacional de concessões de infraestrutura de transportes, seja por meio de projetos sobre os quais é remunerada por terceiros, seja pelos projetos entregues ao Ministério da Infraestrutura e custeados pelos recursos da União.

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Balanco Patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Reais)



	Nota	30/06/2021	31/12/2020		Nota	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.939.891	27.554.822	Obrigações com pessoal	15	6.453.032	4.718.246
Acordo de Parceria	5	3.227.225	3.227.225	Tributos Retidos na Fonte	16	655.374	480.726
Tributos a recuperar	6	838.904	556.985	Fornecedores	17	2.163.768	56.180
Adiantamento a empregados	7	1.022.828	241.582	Tributos a recolher	18	141.257	3.090
Adiantamento a fornecedores	17	15.058	-	Termo de Execução Descentralizada	5	3.227.225	3.227.225
Estoques	8	82.821	79.614	Arrendamento mercantil	19	2.153.930	2.028.278
Despesas antecipadas	9	497.386	584.299				
Total Circulante		36.624.113	32.244.527	Total Circulante		14.794.586	10.513.745
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências	20	2.856.289	3.023.115
Créditos a receber	10	12.706.426	12.706.426	Arrendamento mercantil	19	5.645.613	6.743.520
Depósitos recursais/judiciais	11	587.958	587.958				
Adiantamento para acordos e termos	12	764.561	764.561	Total Não Circulante		8.501.902	9.766.635
Imobilizado	13	9.276.776	10.215.220	Patrimônio Líquido			
Intangível	14	83.842.901	67.194.855	Capital Social	21	139.925.013	113.397.250
Total Não Circulante		107.178.622	91.469.020	Prejuízo Acumulado	22	(35.609.123)	(36.491.846)
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	23	16.190.357	26.527.763
TOTAL DO ATIVO		143.802.735	123.713.547	Total do Patrimônio Líquido		120.506.247	103.433.167
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		143.802.735	123.713.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Resultado

Em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 30/06/2021</u>	<u>01/01 a 30/06/2020</u>
Receita Líquida		1.003.197	899.051
Custo do Serviço Prestado		(840.712)	(210.649)
Resultado Bruto	24	162.485	688.402
Receitas e Despesas Operacionais:			
Pessoal e Encargos	25	(15.662.304)	(17.089.049)
Serviços de Terceiros	26	(3.634.006)	(4.521.104)
Depreciação e Amortização	27	(1.674.233)	(1.319.055)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	28	(134.601)	(148.264)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	29	22.246.171	19.486.438
Total das Receitas e Despesas Operacionais		1.141.027	(3.591.034)
Resultado Financeiro:			
Receita Financeira		207.709	814.307
Despesa Financeira		(628.498)	(39.893)
Total do Resultado Financeiro	30	(420.789)	774.414
Resultado Operacional Líquido		882.723	(2.128.218)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		882.723	(2.128.218)
Tributos sobre o lucro:			
Imposto de Renda		-	-
Contribuição Social		-	-
Total dos Tributos sobre o Lucro		-	-
Resultado Líquido do Período	31	882.723	(2.128.218)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98.701.677	14.695.573	(29.161.544)	84.235.706
AFAC	-	10.274.938	-	10.274.938
Resultado Líquido 2º trimestre 2020	-	-	(2.128.218)	(2.128.218)
Saldo em 30 de junho de 2020	98.701.677	24.970.511	(31.289.762)	92.382.426
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167
Integralização do Capital	26.527.763	(26.527.763)	-	-
AFAC	-	16.190.357	-	16.190.357
Resultado Líquido 2º trimestre 2021	-	-	882.723	882.723
Saldo em 30 de junho de 2021	139.925.013	16.190.357	(35.609.123)	120.506.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Subvenção		22.246.171	19.486.437
Receita de Prestação de Serviços	32	1.066.438	967.956
Receita Aplicação Financeira	32	191.024	607.239
Receita Eventual (multas aplicadas)		4.372	39.472
Recebimento depósito judicial		-	2.163
Devolução de diárias		6.563	16.156
Pessoal e Encargos Sociais da EPL		(15.247.161)	(15.333.348)
Fornecedores		(5.496.199)	(4.021.137)
Depósito Recursal/Judicial		-	(19.657)
Despesas Tributárias		(409.915)	(359.857)
Diárias		(42.884)	-
Almoxarifado e outros pequenos valores		-	(3.260)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	32	2.318.409	1.382.164
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado		(179.305)	(27.200)
Aquisição Intangível		(2.025.603)	(3.975.938)
Acordo de Parceria		(12.918.789)	(6.252.786)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	33	(15.123.697)	(10.255.924)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	33	16.190.357	10.274.938
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos		16.190.357	10.274.938
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		3.385.069	1.401.178
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		27.554.822	26.677.566
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		30.939.891	28.078.744
		3.385.069	1.401.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado do exercício	882.723	(2.128.218)
Outros valores abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	882.723	(2.128.218)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2021

1. Contexto Operacional e Impactos Causados pela Covid-19

1.1 Contexto Operacional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, cuja criação foi autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012. A EPL poderá ainda constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista minoritária em outras sociedades, desde que essa constituição ou participação esteja voltada para o seu objeto social e que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios, nos termos da legislação vigente, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 12.743/2012. Com sede em Brasília/DF, foi constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Seu objeto social consiste em:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário;

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

O custeio de sua operação é subsidiado pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Esse recurso é destinado, entre outros, ao Planejamento Integrado Da Infraestrutura Nacional De Transportes E Logística, o qual tem como carro chefe o Plano Nacional de Logística (PNL), que indica empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado. Os projetos de elaboração do PNL são sucessivos, com vistas a estabelecer um fluxo regular de informações que subsidiarão a elaboração da Política Nacional de Transportes pelo Governo Federal.

Os investimentos em estudos e projetos de longo prazo, que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores) e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais, são financiados por meio de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). As receitas oriundas de tais investimentos são reconhecidas quando do ressarcimento da licença ambiental pelo licitante adjudicatário da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Além disso, a EPL possui receitas próprias advindas da prestação de serviços técnicos de engenharia.

1.2 Impactos Causados pela Covid-19

Tendo a empresa. Tendo em vista os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19, a Diretoria Executiva deliberou sobre as providências necessárias para garantir a saúde e segurança de todos os colaboradores e a continuidade das operações da empresa.

No segundo trimestre de 2021 houve avanços na normalização das atividades da companhia devido a medidas de precaução adotadas, que mantiveram baixa a taxa de infecção por COVID-19.

O êxito no leilão da rodovias BR-153/080/414/GO/TO e o destaque da companhia no evento Infracweek com a materialização dos leilões de terminais portuários de Itaqui e Pelotas

(IQI03;IQI11;IQI12;IQI13;PEL01) trouxeram credibilidade do trabalho desenvolvido pela EPL. Como previsto no primeiro trimestre, tal evolução permite maior realização de receitas relacionadas a processos licitatórios mas não se descarta, mesmo com impacto menor, a possibilidade de adiamentos de leilões de arrendamento e/ou concessões que podem ocorrer devido à pandemia.

Por meio da gestão de riscos, seguimos atentos a possíveis atrasos devido a impossibilidade de realização do trabalho de campo mas ajustando o planejamento das atividades para não perdermos oportunidades.

A EPL continua realizando suas atividades com recebimento de subsídios para despesas de custeio e investimentos realizados pela União a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Além disso, conforme previsto, obteve no período receitas próprias advindas da prestação de serviços de elaboração de estudos técnicos.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das Demonstrações Financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. No mais, a EPL é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, pelo Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis a empresas estatais.

As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo também as normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com as normas internacionais IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Essas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que sofreram alterações em comparação a 31 de dezembro de 2020 foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Adoção CPC 06(R2) – Arrendamentos (IFRS 16)

A segunda revisão do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, trouxe novo entendimento acerca da contabilização dos contratos de arrendamento. Em essência, dispõe que se o arrendatário estiver assumindo substancialmente todos os direitos e riscos associados ao bem deve registrar o ativo e o passivo envolvido. O arrendatário pode optar por não efetuar o reconhecimento apenas quando o arrendamento é de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Na data de início de um contrato de arrendamento o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, mensurando referido passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso são reconhecidos separadamente.

O passivo de arrendamento deve ser reavaliado na ocorrência de determinados eventos, tais como renovação do contrato, alterações de índices ou taxas utilizadas para o cálculo do valor presente do arrendamento. Via de regra, o valor da revisão do passivo de arrendamento será reconhecido em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2020, a EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo do contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. A adoção foi realizada com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (data da renovação do contrato), considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento, não havendo reapresentação de informação comparativa.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 12,9% ao ano, obtida no principal banco no qual a Empresa possui relacionamento. A adoção inicial, demonstrada no quadro a seguir, não impactou o patrimônio líquido:

	31/12/2020
Ativo	
Imobilizado Direito de Uso	11.141.936
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante	4.398.417
Arrendamento mercantil - não circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

A empresa optou por não reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento relacionados a bens de baixo valor. Neste caso, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- b) O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- c) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento;
- d) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos rendimentos, variações monetárias, encargos

incorridos e provisões para perdas, adotando-se para apropriação índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;

- e) Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a doze meses estão classificados como itens não circulantes;
- f) As provisões para contingências são constituídas tendo como base a opinião da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- g) Os estudos e projetos em andamento são registrados tendo em vista o disposto no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Recurso Aplicado	15.953.368	10.352.226
Rendimento	10.322.206	10.170.588
Aplicação Financeira	26.275.574	20.522.814
310 - Pagamento de Pessoal	2.183.801	1.605.354
400 - Custeio/Investimento - c/ Exigência de Empenho	906.009	5.396.729
510 - Custeio Pagamento de Pessoal/Auxílio	163.071	29.925
307 - Outros Pagamentos de Pessoal - SIAPE	91.368	-
309 - Pessoal Requisitado	69.962	-
409 - Emendas Resultado	1.249.083	-
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	1.023	-
Tesouro Limite de Saque	4.664.317	7.032.008
Total Caixa e equivalentes de caixa	30.939.891	27.554.822

Os valores de aplicação financeira são oriundos dos recursos obtidos por meio da prestação de serviços técnicos de engenharia e das transferências de licenças ambientais aos licitantes adjudicatários de leilões promovidos pelos seus clientes.

Estes recursos são aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal em conformidade com a Resolução do Bacen nº 3.284/2005. Sua utilização depende de aprovação por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA. Em janeiro de 2021 foram aplicados os recursos arrecadados no segundo semestre de 2020, no valor de R\$ 4.796.086,60 (quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil oitenta e seis reais e sessenta centavos). Em maio deste ano foram aplicados recursos oriundos da prestação de serviços de estudos portuários, bem como receita de aplicação de multa e juros do primeiro semestre no valor de R\$ 1.000.334,55 (um milhão, trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centos) até então mantidos na conta do Tesouro Limite de Saque. A movimentação financeira da aplicação está demonstrada a seguir:

Instituição Financeira	Saldo em 30/06/2021	Aplicação	Rendimento	IRRF sobre Rendimento	Resgate	Saldo em 31/12/2020
Caixa Econômica Federal	26.275.574	5.796.421	191.023	(39.405)	(195.279)	20.522.814
Total	26.275.574	5.796.421	191.023	(39.405)	(195.279)	20.522.814

Já o valor registrado a título de limite de saque trata-se do estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas categorias apresentadas.

5. Acordo de Parceria e Termo de Execução Descentralizada

	30/06/2021	31/12/2020
Termo de Execução Descentralizada a comprovar - Ativo	3.227.225	3.227.225
Termo de Execução Descentralizada a comprovar - Passivo	(3.227.225)	(3.227.225)

A EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada 01/2020, com vigência de 03/11/2020 a 03/11/2021, cedido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O Objeto é a contratação de consultoria técnica para apoio ao encerramento da Concessão relativa à ligação rodoviária internacional entre os municípios de Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil), incluindo o Centro Unificado de Fronteira (CUF), complexo alfandegário e aduaneiro, bem como realização de avaliação econômico-financeira decorrente do encerramento do Contrato Internacional de Concessão. Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL.

6. Tributos a Recuperar

	30/06/2021	31/12/2020
INSS	348.443	344.077
Saldo Negativo IRPJ/ CSLL	257.340	-
IRPJ/CSLL Estimativa (a)	193.393	-
IRRF Retido na Fonte Sobre Aplicação Financeira	37.426	179.143
IRRF s/ Faturamento	1.072	20.259
CSLL s/ Faturamento	1.230	13.506
Total	838.904	556.985

(a) Vide nota explicativa nº 31

O saldo atual refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira, aos impostos retidos sobre o faturamento, aos tributos apurados sobre o lucro do 2º trimestre de 2021 e à contribuição previdenciária paga a maior na competência de 12/2012, a qual teve seu pedido de restituição deferido pela Receita Federal do Brasil em 04/02/2020, mediante Despacho Decisório nº 0225/2020 da Divisão de Orientação e Análise Tributária. Estima-se que o valor será recebido, devidamente atualizado, no decorrer do exercício.

7. Adiantamento a Empregados

	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamento 13º Salário	837.043	79.177
Adiantamento de Férias	171.848	147.740
Outros Valores	13.937	14.665
Total	1.022.828	241.582

Os adiantamentos de férias e 13º salário são concedidos em consonância com a legislação trabalhista. A EPL realizou o pagamento da primeira parcela do 13º salário em junho/2020, conforme prazo estipulado pelo governo federal.

8. Estoque

	30/06/2021	31/12/2020
Almoxarifado	82.821	79.614
Total	82.821	79.614

Estoques referem-se aos materiais de consumo adquiridos para utilização na manutenção e operação

da EPL no âmbito da infraestrutura física e administrativa composto, basicamente, por materiais de escritório e demonstrado pelo custo médio de aquisição.

9. Despesas Antecipadas

	30/06/2021	31/12/2020
Assinaturas anuais	188.727	442.553
Seguros de Responsabilidade Civil	178.975	71.590
Condomínio	65.060	65.060
IPTU	59.529	-
Outras Despesas Antecipadas	5.095	5.096
Total	497.386	584.299

Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas na medida da ocorrência do gasto. Destacam-se no período as assinaturas de softwares como serviço pela vigência de 12 meses.

10. Créditos a Receber

	30/06/2021	31/12/2020
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A	4.679.708	4.679.708
Concessionária BR 040 S/A	8.026.718	8.026.718
Total Não Circulante	12.706.426	12.706.426

O saldo a receber das empresas Concebra e Concessionária 040 refere-se a transferências das licenças ambientais às concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG e da Rodovia BR-153/262/MG/GO por meio do Contrato de Concessão do Edital nº 004/2013 parte VII e nº 006/2013 parte VII, firmado entre as referidas Concessionárias e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, poder concedente.

Todas as tratativas de cobrança administrativa já foram esgotadas, sendo incluso os respectivos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como instaurado o procedimento de cobrança judicial.

Com base no posicionamento da PROJUR o risco de perda dos valores é classificado como possível; portanto, não houve a necessidade de constituição de provisão para perda. Não obstante, os respectivos montantes foram classificados como ativo não circulante tendo em vista a opinião da PROJUR no sentido de que, pelas inúmeras variáveis que incidem sobre os processos judiciais, especialmente a pandemia causada pela Covid-19, não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

11. Depósitos Recursais

	30/06/2021	31/12/2020
Depósito Recursal	297.548	297.548
Depósito Judicial	290.410	290.410
Total	587.958	587.958

Os depósitos recursais são efetuados para interposição de recursos em ações trabalhistas pela EPL, como forma de garantia parcial da condenação imposta. O depósito judicial refere-se a uma decisão liminar proferida em uma ação civil pública trabalhista, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que requereu que a EPL, como devedora subsidiária, procedesse ao pagamento da garantia dos valores discutidos na ação. A responsabilidade da EPL decorre em razão de a empresa ter sido a tomadora dos serviços terceirizados prestados pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. O montante registra-se no Ativo Realizável a Longo Prazo levando-se em consideração a opinião da

PROJUR de não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

12. Adiantamento para Acordos e Termos

	30/06/2021	31/12/2020
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	764.561	764.561
Total	764.561	764.561

Refere-se ao valor repassado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Termo de Execução Descentralizado nº 01/2016, o qual será baixado quando da apresentação da prestação de contas à EPL.

13. Imobilizado

BENS MÓVEIS	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação %	Depreciação Acumulada até 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação do Período	Saldo em 30/06/2021
Computadores e Periféricos	7.390.850	20%	(7.375.881)	14.969	585.905	(36.876)	563.998
Equipamentos Energia Elétrica	2.521.846	10%	(1.875.139)	646.707	-	(126.092)	520.615
Mobiliário em Geral	2.396.255	10%	(1.774.050)	622.205	-	(119.813)	502.392
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	1.208.818	10%	(623.435)	585.383	-	(120.882)	464.501
Equipamentos de Telecomunicação	250.950	20%	(250.950)	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	197.455	10%	(68.127)	129.328	-	(328)	129.000
Outros Bens de Uso Duradouro	76.968	10%	(54.006)	22.962	-	(3.848)	19.114
Biblioteca	25.959	10%	(12.491)	13.468	-	(1.298)	12.170
Aparelhos	14.216	10%	(8.713)	5.503	-	(711)	4.792
Aparelho de Medição e Orientação	3.200	10%	(3.200)	-	-	-	-
Utensílio de Copa e Cozinha	6.151	10%	(2.209)	3.942	-	(308)	3.634
Total Bens Móveis	14.092.668		(12.048.201)	2.044.467	585.905	(410.156)	2.220.216
Direito de uso (a)	11.141.936		(2.971.183)	8.170.753	-	(1.114.193)	7.056.560
Total Bens Imóveis	11.141.936		(2.971.183)	8.170.753	-	(1.114.193)	7.056.560
Total Imobilizado	25.234.604		(15.019.384)	10.215.220	585.905	(1.524.349)	9.276.776

(a) Direito de uso reconhecido conforme norma CPC 06 (R2). O passivo correspondente está descrito na nota 19. Prazo de depreciação conforme vigência do contrato.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. Considerando o objeto social da EPL – estudos e pesquisas – seu patrimônio próprio tangível refere-se, basicamente, a bens móveis, tais como mobiliário em geral, computadores e periféricos, equipamentos de energia elétrica e de vídeo. Sendo assim, optou-se, desde a abertura da empresa no ano de 2012, a depreciar tais bens pelo método linear, aplicando-se as taxas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A fim de verificar a necessidade de mudança de estimativa contábil, conforme determinado pelo § 3º, II, art. 183 da Lei 6.404/1976 e pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), em 2017 a EPL contratou a empresa MAKE – Consultoria Ltda., a qual baseou seu Laudo de Avaliação Patrimonial nos preços de mercado básico de 30 de junho de 2017.

Em 18 de agosto de 2017, a empresa em tela emitiu o respectivo Laudo no qual constatava que o ativo imobilizado da EPL importava em R\$ 11.458.076,37 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), enquanto que o valor contábil registrado consistia em R\$ 4.880.140,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

Considerando que o valor da avaliação, conforme Laudo apresentado, foi superior ao valor residual dos bens contabilizados pela EPL, não houve perda de valor patrimonial. Portanto, não houve a necessidade de ajustes contábeis em seu Balanço Patrimonial, conforme dispõe o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Diante do exposto, a administração da entidade, após avaliar o custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais móveis, manteve a opção de anualmente analisar a necessidade da contratação, tendo como parâmetro precípua

de avaliação a representatividade do valor dos bens móveis perante o ativo total da empresa, o qual, em 30 de junho de 2021, representa apenas 1,54% (um vírgula cinquenta e quatro por cento).

14. Intangível

Contrato	Rodovia	Saldo em 31/12/2020	Investimentos no Período	Baixa / Amortização	Saldo em 30/06/2021
01/2019 - Acordo IFC	Anel de Integração	25.636.557	12.918.789	-	38.555.346
12/2013 - STE	BR-116	6.502.864	-	-	6.502.864
05/2019 - MRS	EF-170	5.417.894	1.071.334	-	6.489.228
13/2017 - IFC	BR-153/080/414/TO/GO BR-116/101/SP/RJ (Dutra) BR-040/495/MG/RJ (Concer) BR-116/493/RJ/MG (CRT)	4.440.668	1.151.719	-	5.592.387
11/2018 - Egis/ Engemin	BR/364/MT/RO	3.799.632	-	-	3.799.632
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/480	2.873.506	360.544	-	3.234.050
17/2015 - MRS	BR-364	2.655.207	-	-	2.655.207
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	2.606.158	-	-	2.606.158
03/2018 - Ecosystema	BR 040	770.556	-	-	770.556
11/2020 - Consórcio Demarest	Porto Organizado de Itajaí - SC	-	839.872	-	839.872
02/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-155/158/MT/PA BR-135/316/MA BR-163/MS	-	101.783	-	101.783
03/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-060/153/262/DF/GO/MG BR-040/DF/GO/MG	-	75.382	-	75.382
Estudos e Projetos em Andamento		54.703.042	16.519.423	-	71.222.465
09/2014 - PROFILL - LP nº 553/2017	BR-153/GO/TO	4.117.150	-	-	4.117.150
31/2017 - MRS - LP nº 624/2020	BR-386/RS	3.412.570	295.599	-	3.708.169
15/2014 - PROSUL - LP nº 639/2020	BR-262/MG	2.957.063	-	-	2.957.063
Licença Ambiental		10.486.783	295.599	-	10.782.382
Licenças e Softwares T.I.		12.207.843	-	-	12.207.843
(-) Amortização - taxa 20%		(10.202.813)	-	(166.976)	(10.369.789)
Cessão de Uso de Programas de Informática		2.005.030	-	(166.976)	1.838.054
Total		67.194.855	16.815.022	(166.976)	83.842.901

Os valores registrados no intangível referem-se aos bens e direitos incorpóreos destinados às atividades da entidade e à elaboração de estudos e projetos vinculados ao objeto social da EPL.

O intangível relativo aos estudos e projetos, bem como às licenças ambientais disponíveis para cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.

Dentre os estudos, destaca-se o valor de R\$ 38.555.346 (trinta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais) do Acordo de Parceria nº 01/2019, o qual fora celebrado entre a EPL e a International Finance Corporation – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (World Bank Group), é uma instituição financeira internacional, com a qual o Brasil mantém parcerias. Possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais, visando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário, de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná, que serão delegadas à União, totalizando aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, e que serão delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente"), por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O referido Acordo possui por objeto a estruturação de projetos com vistas a ressarcimentos dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do

mencionado Acordo: “os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários”.

Em relação à taxa de amortização dos softwares foi utilizado o mesmo critério do ativo imobilizado: taxas estabelecidas pela RFB e avaliação do custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais. Destaca-se que o valor de mercado dos softwares da EPL, apresentados no Laudo de Avaliação mencionado na nota explicativa acerca do ativo imobilizado, importava em R\$ 3.345.349,50 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), ao passo que o valor líquido contábil registrado importava em R\$ 3.141.074,80 (três milhões, cento e quarenta e um mil, setenta e quatro reais e oitenta centavos). Em 30 de junho de 2021, os softwares representam apenas 1,28% (um vírgula vinte e oito por cento) do total do ativo da EPL.

15. Obrigações com pessoal

	30/06/2021	31/12/2020
Ordenados e Salários a Pagar	2.242.441	1.573.818
Provisões de Férias e 13º Salário	3.547.371	2.659.815
INSS/CPSS Patronal	426.579	426.116
FGTS a recolher	176.333	-
Pensão Alimentícia/Empréstimo Consignado/outros	60.308	58.497
Total	6.453.032	4.718.246

O regime jurídico do pessoal da EPL é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto para os casos de servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados de órgãos ou outras empresas públicas, para os quais é mantido o regime da entidade de origem.

As provisões das obrigações sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento são constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período.

16. Tributos Retidos na Fonte

	30/06/2021	31/12/2020
Tributos Retidos sobre Folha de Pagamento	458.196	456.218
Tributos Retidos sobre Nota Fiscal	197.178	24.508
Total	655.374	480.726

Referem-se aos valores de tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento, bem como sobre as aquisições de serviços de terceiros.

17. Fornecedores

	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamento a Fornecedores	15.058	-
Total Ativo	15.058	-
Tecnologia da Informação	12.933	-
Estudos e Projetos	1.693.856	-
Outros serviços	456.979	56.180
Total Passivo	2.163.768	56.180
Saldo a pagar	2.148.710	56.180

Consistem nos compromissos assumidos com fornecedores pela EPL, até a data das demonstrações. Os saldos são liquidados no mês subsequente ao da entrada da nota fiscal.

Principais fornecedores com saldo a pagar:

	30/06/2021	31/12/2020
MRS Estudos e Projetos	772.929	-
Consórcio Strata/ Humberto Santana/Azevedo Sette Adv.	160.423	-
Consórcio Demarest/ EXE/MIND	760.504	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	263.493	-
Centro Empresarial Parque da Cidade	70.155	-
Tiket Serviços Ltda	86.317	-
Outros fornecedores	49.947	56.180
Total	2.163.768	56.180

Os dispêndios com estudos e projetos ocorrem na medida em que os fornecedores entregam os estudos dispostos no cronograma do plano de trabalho. A relação dos contratos destes fornecedores pode ser verificada na nota explicativa 14 - Intangível.

18. Tributos a Recolher

	30/06/2021	31/12/2020
IRPJ	93.853	-
CSLL	34.507	-
PIS	1.558	433
COFINS	7.765	2.657
ISS	3.574	-
Total	141.257	3.090

O Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foram apurados sobre o lucro do 2º trimestre de 2021. A Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram apurados sobre o faturamento e as receitas de aplicação financeira.

19. Arrendamento Mercantil

Na tabela abaixo apresenta-se os pagamentos mínimos de arrendamento considerando-se a data da adoção inicial em 01 de janeiro de 2019, porém o efeito em resultado foi apresentado no exercício de 2020:

Fluxo de Pagamentos	
2019	1.053.973
2020	3.161.920
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
(-) Encargos financeiros futuros	(4.667.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.141.936
Circulante	4.398.417
Não Circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

O passivo correspondente ao reconhecimento do arrendamento está relacionado ao contrato de locação do imóvel Sede da EPL.

Abaixo demonstramos a movimentação do arrendamento:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 31/12/2019	-	-
Adoção inicial	11.141.936	11.141.936
Pagamentos referentes a 2019	(573.989)	(573.989)
Pagamentos referentes a 2020	(1.796.149)	(1.796.149)
Pagamentos referentes a 2021	(972.255)	
Saldo Final em 30/06/2021	7.799.543	8.771.798
Circulante	2.153.930	2.028.278
Não Circulante	5.645.613	6.743.520
Total Passivo	7.799.543	8.771.798

Demonstra-se no quadro a seguir as prestações não descontadas:

	30/06/2021	31/12/2020
Vencimento das prestações		
2021	1.580.960	3.161.920
2022	3.161.920	3.161.920
2023	3.161.920	3.161.920
2024	2.107.947	2.107.947
Valores não descontados	10.012.747	11.593.707
(-) Juros embutidos	(2.213.204)	(2.821.909)
Total Passivo arrendamento	7.799.543	8.771.798

20. Provisões para Contingências

	31/12/2020		Ingresso		Baixa		30/06/2021	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Provisões Trabalhistas	10	1.805.352	-	-	-	(166.826)	10	1.638.526
Provisões Cíveis	1	1.217.763	-	-	-	-	1	1.217.763
Total	11	3.023.115	-	-	-	(166.826)	11	2.856.289

As provisões são registradas com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde uma provisão é reconhecida quando é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Além das ações com valores provisionados, há também outras demandas na justiça trabalhista e cível, entendidas pela PROJUR como perda possível. Estas demandas estão avaliadas conforme demonstrado a seguir:

Causas Possíveis	30/06/2021		31/12/2020	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Trabalhistas	6	1.054.222	8	1.382.685
Cíveis	4	48.412.149	3	48.362.149
Total		49.466.371		49.744.834

21. Capital Social

	30/06/2021	31/12/2020
Capital Integralizado	139.925.013	113.397.250
Total	139.925.013	113.397.250

A EPL é organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e tem seu capital representado por ações ordinárias nominativas, sendo 100% de titularidade da União. Seu patrimônio é constituído pela integralização inicial do capital, pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União aplicados no custeio de suas atividades, bem como pelos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) investidos em estudos e projetos de longo prazo.

A última integralização de capital social ocorreu na Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, de 20 de abril de 2021. Nesta data foram incorporados ao capital os recursos de AFAC disponibilizados no ano de 2020.

22. Prejuízo Acumulado

	30/06/2021	31/12/2020
Prejuízo Acumulado	(35.609.123)	(36.491.846)
Total	(35.609.123)	(36.491.846)

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

23. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionista	Saldo em 31/12/2020	Ingresso	Integralização	Saldo em 30/06/2021
União	26.527.763	16.190.357	(26.527.763)	16.190.357
Total	26.527.763	16.190.357	(26.527.763)	16.190.357

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional para aplicação em investimento (estudos e projetos de longo prazo registrados no ativo intangível) são repassados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

Em 20 de abril de 2021, a Assembleia Geral aprovou a incorporação ao capital social dos recursos de AFAC disponibilizados durante o exercício de 2020.

24. Resultado Bruto

	30/06/2021	30/06/2020
Estudos de viabilidade técnica	1.132.780	1.013.015
(-) Tributos sobre faturamento	(129.583)	(113.964)
Receita Líquida	1.003.197	899.051
(-) Custo do serviço prestado	(840.712)	(210.649)
Resultado Operacional Bruto	162.485	688.402

As receitas da prestação de serviços referem-se às auferidas com as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da EPL, relativas a Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

25. Pessoal e Encargos

	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração pessoal	(10.929.919)	(11.929.258)
Encargos sobre Remunerações	(3.226.732)	(3.407.708)
Remuneração dirigentes	(484.273)	(729.385)
Alimentação	(523.243)	(508.432)
Auxílio Creche e Assistência Médica	(207.169)	(211.795)
Remuneração conselheiros	(205.512)	(192.338)
Capacitação	(85.456)	(110.133)
Total	(15.662.304)	(17.089.049)

Esta rubrica contempla os gastos com a folha de pagamento dos empregados, inclusive remuneração dos diretores, e outros tais como: alimentação, saúde, transporte e participações em cursos e treinamentos.

26. Serviços de Terceiros

	30/06/2021	30/06/2020
Serviços Técnicos	(2.074.419)	(1.524.910)
Serviços Administrativos	(1.138.655)	(885.847)
Condomínio e aluguel torre de resfriamento	(420.932)	(443.814)
Estudos e Projetos	-	(85.573)
Aluguel Sede	-	(1.580.960)
Total	(3.634.006)	(4.521.104)

Consistem nos desembolsos da EPL decorrentes das atividades operacionais.

A rubrica "Serviços Técnicos" contempla, basicamente, desembolsos com contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, como a solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional, envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico com registro e acompanhamento de serviços especializados e demais serviços correlatos.

A rubrica "serviços administrativos" abrange, substancialmente, desembolsos com serviços continuados de limpeza, recepção, copeiragem, garçom e energia elétrica.

Tendo em vista a adoção do CPC 06(R2) – Arrendamentos, a partir de 31/12/2020 deixou de existir no resultado despesa a título de aluguel da sede, passando a existir a depreciação do direito de uso e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento. Dessa forma, para fins comparativos, apresentamos no quadro abaixo os dispêndios com aluguel do imóvel Sede da EPL:

	30/06/2021	30/06/2020
Comparativo Aluguel imóvel sede da EPL	(1.580.960)	(1.580.960)

27. Depreciação e Amortização

	30/06/2021	30/06/2020
Depreciação de Bens Móveis	(393.063)	(382.882)
Depreciação de Direito de Uso de Bem Imóvel	(1.114.194)	-
Amortização de Software	(166.976)	(936.173)
Total	(1.674.233)	(1.319.055)

28. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas Tributárias	(132.891)	(72.727)
Diárias e Passagens	(83.727)	(166.130)
Despesa com Material de Consumo	(74.809)	(9.595)
Reversão de Provisões	156.826	100.188
Total	(134.601)	(148.264)

Dentre as despesas tributárias da EPL inclui-se, basicamente, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, as taxas pagas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças e o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF incidente sobre a transferência de recursos financeiros referentes ao Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC.

29. Recursos recebidos do Tesouro Nacional

	30/06/2021	30/06/2020
Repasses recebidos	22.246.171	19.486.438
Total	22.246.171	19.486.438

Representa os valores de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com o objetivo de prover recursos para o custeio das atividades administrativas da EPL.

30. Resultado Financeiro Líquido

	30/06/2021	30/06/2020
Rendimento de Aplicação Financeira	191.023	607.144
Outras Receitas Financeiras	16.686	207.163
(-) Despesas Financeiras	(19.793)	(39.893)
(-) Despesa Financeira Arrendamento	(608.705)	-
Total	(420.789)	774.414

Refere-se, basicamente, aos rendimentos da aplicação financeira de recursos próprios e à contabilização da atualização financeira do INSS a recuperar, deferido pela Receita Federal em 02/2020. A despesa financeira decorre basicamente da apuração de PIS e COFINS sobre os ganhos financeiros. Apresenta-se em separado a despesa financeira oriunda de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento da locação do imóvel Sede da EPL, cuja adoção do CPC 06 (R2) ocorreu em 31/12/2020.

31. Resultado Líquido do Período

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado líquido do período	882.723	(2.128.218)
Total	882.723	(2.128.218)

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões. Contudo, mesmo com as despesas econômicas, a entidade logrou resultado positivo no 2º trimestre de 2021. O fator principal do êxito foram as receitas próprias obtidas no período.

32. Atividades Operacionais

	30/06/2021	30/06/2020
Receita de Prestação de Serviço	1.066.438	967.956
Receitas Aplicação Financeira	191.024	607.239
Total Receitas Próprias	1.257.462	1.575.195
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	2.318.409	1.382.164
Posição das Receitas Próprias frente ao Fluxo de Caixa Operacional	54%	114%

Os recursos a título de receitas próprias, obtidos pela EPL até 30 de junho 2021, contribuiram para a geração de caixa, representando valor superior ao Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.

33. Atividades de Investimento e Financiamento

	30/06/2021	30/06/2020
Atividades de Investimento	(15.123.697)	(10.255.924)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.190.357	10.274.938
Saldo líquido	1.066.660	19.014

Os recursos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são integralmente aplicados em estudos e projetos que gerarão prováveis benefícios econômicos futuros, por meio do ressarcimento quando da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL.

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

No período houve apuração de IRPJ e CSLL a pagar por estimativa nos valores de R\$ 139.024,57 (cento e trinta e nove mil, vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos) e R\$ 54.368,84 (cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), respectivamente.

Em se tratando de valores apurados a título de antecipação os saldos são registrados no ativo, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, até o encerramento do exercício, momento em que ocorre o fato gerador dos referidos tributos.

35. Quadro Demonstrativo da Composição Salarial da EPL

	Gratificação			Benefícios		
	Menor	Maior	Média	Saúde		Refeição
				Menor	Maior	Média
Conselheiros	3.171	3.171	3.171	-	-	-
Diretores	29.274	29.274	29.274	-	-	429
Demais	5.886	23.545	13.102	120	241	667

Para atendimento do item 17 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, divulga-se o quadro de remuneração de pessoal da EPL. Informa-se, ainda, que em caso de exoneração de diretor e ocupantes de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores há previsão de remuneração compensatória (quarentena), pelo período de seis meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

36. Benefícios Concedidos

	30/06/2021	30/06/2020
Auxílio Creche	(42.246)	(57.457)
Auxílio Alimentação	(523.243)	(508.432)
Assistência Médica	(164.923)	(154.338)
Total	(730.412)	(720.227)

Divulga-se o valor dos benefícios que os colaboradores da EPL receberam no segundo trimestre de 2021 comparado ao de 2020.

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor Presidente
CPF 180.777.568-24

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão
CPF 807.957.061-20

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento
CPF 223.011.918-42

Andreia Alves Pimenta
Contadora
CRC – SC 034016/O-S